

12.junho.2017 – 17h30

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

- Entidade:** CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais
José Manuel Gonçalves e Daniel Pereira.
- Recebidos por:** [Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#): Deputados Susana Amador (PS, Coordenadora), Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Sandra Pontedeira (PS), Ana Virgínia Pereira (PCP), Joana Mortágua (BE) e Ilda Araújo Novo (CDS-PP).
- Assunto:** Transferência de competências para os municípios na área da Educação.
[\(Proposta de Lei n.º 62/XIII/2.ª](#) - Estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.)

Exposição: A Deputada Sandra Pontedeira (PS), em substituição da Coordenadora do [Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#) (GT), enquadrou a atividade do GT e indicou as atividades desenvolvidas na 1.ª e 2.ª Sessão. Informou ainda que todas as iniciativas legislativas sobre a Descentralização descenderam à 11.ª Comissão (Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação), que é a Comissão competente e será nessa sede que decorrerá a discussão na especialidade. O objeto deste GT circunscreve-se ao foco da Educação e avaliação dos impactos que decorrem de sucessivos processos de delegação, contratualização e descentralização.

Os representantes da CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais – indicaram o seguinte, em síntese:

1. A maioria das autarquias que celebraram contrato interadministrativo de delegação de competências na educação situa-se a norte e algumas têm tido um bom trabalho, enquanto outras não;
2. Os contratos interadministrativos são uma experiência piloto e os casos em que se verifica uma maior participação dos pais têm registado maior sucesso;
3. Concordaram com a delegação de competências, mas salientaram a necessidade de mecanismos de monitorização e acompanhamento da execução dos contratos;
4. Defenderam que o Conselho Municipal de Educação tenha mais participação e realçaram que a participação dos pais no mesmo é cada vez menor;
5. Entendem que se deve conservar e reforçar a autonomia das escolas, mesmo quando há delegação de competências para os municípios;
6. O país tem muitas assimetrias e é importante que a decisão seja mais próxima da escola, mais local;
7. Confiam nos professores, mas desde que estes confiem nos pais;
8. Discordaram da retirada dos pais do Conselho Pedagógico;

9. Questionaram o que pode ser flexibilizado, concordando com a flexibilidade dos currículos a nível local e da oferta educativa, mas não a nível dos horários, atenta a relação que têm com o ambiente familiar;
10. Realçaram que hoje há menos legislação avulsa, mais estabilização e referiram que é preciso mais confiança, realçando que os pais acreditam na escola e confiam que a mesma pode fazer muito bem aos seus filhos;
11. Referiram que pretendem acompanhar o processo educativo dos seus filhos e querem que a delegação contribua para uma melhoria da escola pública;
12. Realçaram a importância do funcionamento do Conselho Geral da escola;
13. Referiram que o Norte tem mais peso no movimento associativo parental.

Interveio depois a Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), referindo que de harmonia com a posição do PCP, embora se refira que há uma delegação de competências, verifica-se que o poder continua no Ministério da Educação e por outro lado o seu Grupo Parlamentar entende que as funções sociais do Estado não devem ser delegadas e a educação não deve estar na boa ou má vontade dos municípios.

Defendeu ainda que entendem que as assimetrias existentes vão aumentar. Em contrapartida, considerou que a proximidade é positiva, mas sem meios não produz bons resultados. Referiu também que a descentralização efetuada pelo anterior Governo não foi uma verdadeira descentralização e os municípios foram buscar poderes à escola, para além de que o processo se desenvolveu ao arrefio dos professores e não foi claro.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o BE tem reticências em relação à descentralização em curso, que é mais municipalização. Salientou que as funções sociais devem ser desenvolvidas a nível nacional e defendeu a atribuição de mais poderes às escolas e não a sua transferência para os municípios.

A Deputada Maria Germana Rocha (PSD) referiu que o processo está longe de chegar ao fim e causa incerteza, pelas alterações que o atual Governo pretende fazer, realçando o *timing* escolhido, que é coincidente com as autárquicas, a falta de avaliação e diagnóstico dos processos em curso e a componente financeira, que tem relação com a alteração das finanças locais. Salientou ainda que há muito pouca informação em relação às competências a atribuir a cada interveniente.

Perguntou depois qual a avaliação que fazem dos contratos interadministrativos e da sua execução e que compatibilização defendem entre a delegação de competências e os poderes das escolas.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que está em causa matéria muito importante para as escolas. Realçou depois que a experiência na ligação das associações de pais com as escolas tem tido sucesso nas mesmas e enfatizou que a escola pública e o poder local são casos de sucesso na democracia.

Indicou depois que de harmonia com a posição do PS, a transferência de competências deve ser acompanhada de maior autonomia das escolas e o processo da transferência tem de ser ponderado. O Conselho Municipal de Educação deve ter ajustes e ser ativo na prossecução dos objetivos da transferência de competências.

Perguntou depois quais as expectativas que têm, para participarem ativamente no processo e quais os aspetos positivos que reconhecem, bem como aqueles que exigem ponderação.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu subscrever o que já havia sido afirmado sobre os contratos interadministrativos pela colega do PSD, mas ainda assim que era de salientar que a monitorização e acompanhamento dos contratos deve ser feita. Realçou ser essencial que a transferência de competências seja acompanhada pelos meios patrimoniais, humanos e financeiros necessários. Referiu ainda que o projeto de lei setorial - na sequência da lei-quadro - no que se refere, nomeadamente, à ação social, transportes, refeitórios, Atividades de Enriquecimento Curricular e componente de apoio às famílias, que passam para as autarquias, parece razoável numa primeira leitura, tendo pedido a posição da CONFAP sobre a matéria.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os representantes da CONFAP referiram o seguinte, em síntese:

1. Em termos de avaliação dos contratos interadministrativo, referiram que na matriz de competências os pais têm pouca participação;
2. Os 14 municípios com contratos não estão ao mesmo nível, havendo execuções diversas;
3. O informal está à frente do formal;
4. Em relação às refeições, componente de apoio às famílias e Atividades de Enriquecimento Curricular não querem que sejam geridas pelas associações de pais;
5. A participação e motivação dos pais é essencial;
6. A matriz tem de ser equilibrada e os órgãos também;
7. A escola necessita de competências de fora, dos pais;
8. Os professores têm um papel fundamental, mas não basta terem autoridade, precisam de ser competentes para serem aceites, reconhecidos;
9. Os professores devem comer no refeitório da escola pelo mesmo valor dos alunos, para os incentivarem a comer no mesmo;
10. A alimentação das escolas é fundamental, mesmo quando está delegada nas autarquias;
11. As associações de pais são essenciais para a escola pública.

A terminar, a Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, agradeceu as informações prestadas, sublinhando a importância dos pais na educação, e desejando que se possam obter os necessários equilíbrios neste processo, visando a justa repartição dos recursos patrimoniais, humanos e financeiros, a salvaguarda da universalidade e igualdade no acesso ao serviço público, bem como a natureza pública das políticas a transferir.

Referiu ainda que a 11.ª Comissão estava a terminar as audições com os membros do Governo sobre as iniciativas legislativas em apreciação, indicou que 32.000 pessoas passarão para a gestão das autarquias locais e concretizou que na Comissão de Educação e Ciência estão a ser feitas audições essencialmente da área da educação, sendo a informação levada posteriormente ao conhecimento do plenário desta Comissão.

A gravação da audição está disponibilizada na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2017



Comissão de Educação e Ciência

A assessora

Teresa Fernandes